Entrevista o Professor José Carlos Barbosa
Moreira, 291

DIÁLOGOS COM
A DOUTRINA

Entrevista com o Professor José Carlos Barbosa Moreira*

RTDC: Professor, quais são as principais lembranças de seus estudos universitários?

JCBM: Fiz o meu curso de bacharelado na então Faculdade Nacional de Direito, que depois passou a se chamar de Faculdade de Direito da UFRJ, e hoje está de novo com a denominação antiga, situada na Rua Moncorvo Filho, esquina com o Campo de Santana. O meu curso foi tranqüilo. Tive bons e maus professores e acho que isso não mudou muito. Depois, aquela Faculdade passou por um período que eu classificaria de "menos bom". Ficou um pouco descuidada durante algum tempo. Levei muitos anos sem regressar ali, até que há dois ou três anos, e outra vez recentemente, fui convidado por alunos a fazer uma palestra. Fiquei bastante emocionado ao rever a casa onde fiz meus estudos universitários.

RTDC: Quais foram os mestres que mais o influenciaram?

JCBM: No curso da Faculdade Nacional de Direito tive alguns professores que me influenciaram bastante. Começo lembrando o professor Oscar Stevenson, que foi meu professor de Direito Penal, e um pouco responsável por minha inclinação inicial para esta área. Cheguei a fazer o curso de doutorado em Direito Penal, embora não tenha chegado a defender tese, mas gostava muito e continuo gostando, só que evidentemente não há possibilidade de nos mantermos atualizadíssimos nos vários ramos do direito. Em um só já é um problema! Depois o professor Hélio Tornaghi, de Processo Penal, do qual fui assistente por um ou dois anos depois de formado, porque o meu curso de processo civil, infelizmente, não foi bom e eu só vim a me interessar realmente por Direito Processual por via do Processo Penal: isso eu acho que devo às aulas sempre tão interessantes do professor Hélio Tornaghi.

Fora do curso, devo recordar aqui a figura de uma pessoa muito querida, que, embora não tenha sido meu professor na Faculdade, depois representou papel muito importante na minha formação jurídica — o professor Luiz Machado Guimarães, autor de poucos livros. Infelizmente ele não deixou uma obra escrita que reflita o seu extraordinário valor de jurista,

* A RTDC agradece ao Procurador da Fazenda Nacional Gustavo Magno de Albuquerque o precioso auxílio para a realização da entrevista.

mas foi uma pessoa a quem me afeiçoei muito, desde o momento em que fiz o concurso para Procurador do Estado, sendo ele um dos examinadores. Como ele morava perto, na Rua Leopoldo Miguez, e eu, naquela época, na Rua 5 de Julho, passei a freqüentar sua casa com certa assiduidade. Quase toda a semana eu ia lá pelo menos uma noite. Realmente para mim esse convívio foi de extraordinária importância e acho que também o foi para ele, que não tinha filho, apenas uma filha. O fato é que ficamos muito amigos e para mim foi realmente um benefício enorme essa convivência. Nós formávamos aquilo a que ele chamava jocosamente de "Escola Processual de Copacabana" (naquela época era muito comum falar-se na "Escola Processual de São Paulo")...

RTDC: Professor, na época dos seus estudos universitários qual era o método didático utilizado e como se dava a relação entre professores e alunos?

JCBM: A relação era bem mais formal do que se tornou depois. Aliás, até o modo de trajar dos alunos, naquela época, era bem mais formal do que hoje. Não me lembro de haver freqüentado as aulas na então Faculdade Nacional de Direito senão de terno e gravata. Depois eu próprio dei aulas a outras turmas de *jeans* e camisa esporte. Naquela época isso era impensável. Entretanto, alguns professores se aproximavam mais e permitiam um contato mais íntimo. Outros se mantinham mais distante. Isso não quer dizer que fossem antipáticos ou presunçosos. Era um modo de ser próprio daquela época, que depois, como tantas outras coisas, mudou.

RTDC: Que peso teve a sua formação universitária no desenvolvimento de sua vida profissional?

JCBM: Acho que teve o peso comum, quer dizer, não acho que o curso universitário por si só habilite alguém, sem mais nada, a exercer bem uma atividade profissional. É claro que depois você continua estudando e vai aprender também com a prática. O curso tem importância na medida em que lhe fornece, ou deveria fornecer, uma preparação básica, um conhecimento básico do ordenamento jurídico com que você vai atuar. O resto depois é por sua conta, a sua contribuição pessoal é que vai ser decisiva daí em diante.

RTDC: O senhor já se referiu a seus ex-alunos como "filhos espirituais". Como o senhor avalia a sua relação com os seus alunos e ex-alunos?

JCBM: Minha relação com meus alunos e ex-alunos, graças a Deus, foi sempre ótima. Não me lembro de ter tido aborrecimentos sérios com alunos no curso das várias décadas em que eu lecionei, não só na Faculdade de Direito da UERJ, mas mesmo antes, na PUC e na Candido Mendes, onde lecionei antes de fazer meus concursos para a UERJ. Durante algum tempo dei aula também na Faculdade Nacional e sempre tive a felicidade de me relacionar

muito bem com meus alunos. Tenho até a convicção de que, em pelo menos em grande parte, eles se tornam mesmo meus amigos; continuamos a nos encontrar pela vida afora, alguns freqüentam a minha casa, sou padrinho de casamento de vários. Esse é um dado muito valioso para mim, é algo que me torna muito feliz, ter essa relação com os alunos, que na minha vida tem sido muito importante. E aonde quer que eu vá e encontre um ex-aluno, é logo uma alegria, o que até me tem sido muito útil, do ponto de vista prático, para abrir certas portas.

RTDC: Professor, o senhor considera que a universidade hoje vem cumprindo adequadamente o seu papel na formação jurídica? E que aspectos o senhor acha que deveriam ser priorizados numa universidade?

JCBM: Dizer que a universidade desempenha a sua função adequadamente, quer dizer, cabalmente, satisfatoriamente, seria excesso de otimismo. A nossa universidade padece de defeitos muito graves, como quase todas as instituições brasileiras, infelizmente, embora tenham, algumas delas, melhorado o nível de seu desempenho nos últimos tempos. A Universidade tem altos e baixos, e fica muito dependente, a meu ver, no seu funcionamento, de uma infra-estrutura de serviço, de uma infra-estrutura administrativa, eu diria mesmo burocrática, que na minha opinião funciona mal. Quanto ao papel que ela tem de representar na sociedade brasileira, é assunto muito discutido entre especialistas — qual o verdadeiro papel da universidade em relação à sociedade em que ela se insere. Uns dão mais ênfase à preparação profissional, outros ao aspecto da pesquisa. Acho que esses aspectos teriam de ser complementares. Para isso, seria preciso também que se pudesse dispor de ambiente e condições de trabalho melhores do que as que em geral se proporcionam às pessoas que lá trabalham — principalmente aos professores. Hoje é curioso que, às vezes, os meios de comunicação social — principalmente a propósito da Reforma da Previdência — têm apontado os professores universitários como se fossem privilegiados, como se fossem verdadeiros marajás. O que é algo absolutamente insano: imaginar que o professor universitário goze hoje de privilégios no tocante à sua remuneração, e não só em relação a ela, mas também a outros aspectos. A UERJ acho que tem melhorado nisso. A Faculdade de Direito, em que estive no ano passado ministrando o curso de Pós-Graduação, já proporcionava aos professores ambiente e condições de trabalho melhores do que os que conheci quando lecionava no curso de bacharelado. Penso que houve melhora, mas que está longe ainda de ser o ideal. O ideal é inatingível, mas tem de ser perseguido. É a meta para a qual devemos dirigir-nos.

É isso que posso dizer, em resumo, sobre a universidade. Meu conhecimento é restrito, porque não conheço bem as outras universidades, nem as do Rio de Janeiro. O que digo é um depoimento baseado quase que exclusivamente nas universidades onde trabalhei, prin-

principalmente na UERJ, onde trabalhei mais tempo. Não conheço bem o que se passa nas universidades privadas. Hoje há uma dezena delas só no Rio de Janeiro. Não lhe saberia dar um depoimento a respeito disso, porque o meu contato tem sido muito esporádico: às vezes sou convidado a fazer uma palestra, por exemplo, mas isso evidentemente não bastaria para que eu tomasse conhecimento da realidade existente nessas entidades.

RTDC: A literatura, a poesia, as artes em geral, também contribuíram para sua formação de jurista. A leitura de quais autores o senhor considera que seria indispensável, essencial? Que autores o senhor recomendaria para as novas gerações?

JCBM: Não posso fazer aqui uma enumeração completa, porque seria muito longa. Acho que, com muitas exceções, em grande parte, as gerações posteriores à minha tiveram, em geral, menos informação de cultura geral do que havia em certa época. Noto isso às vezes, por exemplo, em relação à literatura. Noto quando faço alusão, no transcurso de uma aula, a um personagem literário conhecido, pelo menos que eu presumia que fosse conhecido, e aquela menção não desperta nenhuma reação de reconhecimento por parte dos ouvintes.

Uma vez, lembro-me de que falei no Conselheiro Acácio, disse: “essa é uma observação digna do Conselheiro Acácio”, e aquilo não despertou nenhuma reação; não senti nenhuma luz acender nos olhos dos alunos que ali estavam. O Conselheiro Acácio, no meu tempo, era um personagem muito conhecido, lia-se muito Eça de Queiroz. Há exceções. Uma delas ocorreu em uma turma em que comecei a recitar pequena poesia de um dos meus poetas prediletos, que é Fernando Pessoa. E para minha grande surpresa e alegria, quando comecei a recitar os primeiros versos, vi que dois alunos, um rapaz e uma moça, acompanhavam, diziam comigo o texto do poema. Aquele foi um momento de emoção para mim — descobrir que dois alunos sabiam de cor o meu poema predileto. Mas acho que hoje se lê menos, ou então se lêem menos coisas que valham a pena de serem lidas.

Há muita coisa que circula, mas há também uma grande concorrência de outros focos de atenção em relação ao livro, por exemplo a televisão, a internet. Tudo isso pode ser ou poderia ser também veículo de difusão cultural, mas sabemos que, na prática, a televisão, por exemplo, e não só no Brasil, está longe de corresponder à esse papel. A quantidade de tolices que aparece na tela é espantosa. A quem tem de se expressar em português, como é o caso desses advogados que trabalham no Brasil, eu recomendaria uma leitura maciça de Machado de Assis, pelo menos umas 10 páginas por semana, porque realmente foi o autor que melhor compreendeu o espírito da língua portuguesa e soube trabalhá-la com uma graça incomparável. A linguagem, o estilo, a gente adquire assim, até imitando no começo. A leitura é o único jeito de você desenvolver suas qualidades de expositor, permite verificar como é

que as pessoas que sabiam expor, expunham. Na Faculdade, eu notava que, também com as exceções de praxe, muitos tinham dificuldade no trato com a língua; por vezes o que ocorria não era ignorância jurídica, era dificuldade de expressar o pensamento em um português correto e não muito feio. O português é uma língua linda quando bem trabalhada, mas às vezes se torna grotesca quando manejada por quem não tem intimidade com ela.

RTDC: Professor, qual o seu método de trabalho? Quando e como o senhor escreve?

JCBM: Eu não tenho propriamente um método. Sou uma pessoa ordenada, em geral, não sou dado a coisas exóticas, mas um método de estudo e de trabalho, no sentido, por exemplo, de que trabalho sempre à tarde, ou pela manhã, ou que escrevo pela manhã e leio à noite, isso não existe, varia muito. Hoje eu me canso mais, de modo que à noite raramente escrevo, posso até ler, mas prefiro escrever durante o dia. Há pessoas que se preocupam obsessivamente com o método. É como o violinista que passasse a maior parte do tempo preocupado com a afinação do instrumento em vez de tocar. Eu prefiro tocar.

RTDC: Tem alguma obra que o senhor considera mais importante de todas as que já escreveu?

JCBM: Não acho que o que escrevi seja assim tão importante, embora às vezes até goste...

RTDC: Dentre as suas obras o senhor destacaria alguma?

JCBM: A que posso destacar pelo tamanho, a mais extensa, é o volume de *Comentários ao Código de Processo Civil*. Essa é a obra que me deu mais trabalho para fazer.

RTDC: Entretanto, a mais conhecida não seria *O novo Processo Civil brasileiro*?

JCBM: Talvez porque seja a mais acessível, inclusive a estudantes. É um trabalho mais simples, que não tem citações nem notas de rodapé. É um texto enxuto, e para certo tipo de público leitor, de fato, talvez seja a mais adequada.

RTDC: Qual a obra que lhe deu mais prazer em escrever?

JCBM: Todas. Não faço distinção porque enquanto escrevo, escrevo com prazer, mesmo pequenos trabalhos, pequenos artigos. Há alguns até que leio muitos anos depois — e digo: “ora veja, como eu abordei bem este tema aqui!” De vez em quando nos ocorrem esses acessos de narcisismo...

RTDC: Algum fato político marcou a sua vida, influenciou sua carreira?

JCBM: Um fato internacional que me marcou muito, e que para vocês é tão remoto como a invenção da pólvora, foi a Segunda Guerra Mundial. Eu era criança, tinha oito anos. Eu sempre morei no Rio de Janeiro, e a despeito de tudo, de todos os problemas, amo

intensamente o Rio de Janeiro e sou talvez mais carioca do que qualquer outra coisa. Voltando à história da Segunda Guerra Mundial, ela começou em 1939 e foi até 1945, ou seja, me “apanhou” de 8 anos a 14 anos, portanto, no fim da infância e no princípio da adolescência, e me marcou extremamente. O curioso é que naquela época não tínhamos essas notícias e imagens instantâneas, como tivemos há pouco tempo com a Guerra do Iraque (que aliás não terminou, está havendo lá um período de muita ebulição), mas havia o jornal e havia o rádio. O meu pai, que era um tremendo partidário dos aliados antinazistas, sintonizava todas as noites um programa da BBC de Londres, em português, feito por um brasileiro que morava lá e se chamava Aimberê. Meu pai ligava o rádio todas as noites e a gente escutava aquelas notícias.

Eu me interessei tanto pelo assunto que cheguei a fazer um álbum com recortes de jornais mostrando a evolução do *front*. Porque naquele tempo existia uma coisa chamada *front*. A guerra era disputada sobretudo em terra. A questão era ocupar o máximo de território inimigo. Então, todo dia vinha notícia daquela linha que às vezes se deslocava em um sentido, às vezes em outro, e eu recortava aquilo tudo e colava em um álbum. Lembro-me do dia em que a França se deu por vencida, pediu armistício, meu pai chegou em casa desolado e eu também me senti assim.

No plano internacional, esse período me marcou muito, também por causa da minha idade — um garoto que se torna rapazinho e que, portanto, recebe com grande intensidade essas expressões do mundo exterior, porque está começando a situar-se. Claro que depois acontecimentos importantíssimos houve e me marcaram, mas, se tivesse de destacar algum, destacaria esse: a Segunda Guerra Mundial.

RTDC: Em 1962, o senhor fez o concurso para Procurador do Estado e foi seu primeiro concurso. Como o exercício da advocacia pública marcou a sua carreira?

JCBM: Marcou muito. Eu e todos os colegas aprovados nesse concurso, que foi o primeiro a ser realizado para aquele cargo, entramos na Procuradoria com grande entusiasmo, e a maioria deu muito de si no exercício daquele cargo. A Procuradoria teve um momento esplêndido. Eu gostava muito de lá e trabalhava com grande conforto, não necessariamente do ponto de vista físico, mas pelo ambiente muito bom; nós nos tornamos quase todos muito amigos. Enfim, isso me marcou e deixou no meu ser grande apreço pelas causas públicas. Não tenho nenhuma simpatia por certa tendência em desvalorizar o interesse da Fazenda, o interesse do Estado. Pelo contrário, prezo muito esse interesse, tanto que sou francamente partidário da manutenção da revisão obrigatória das sentenças proferidas contra a Fazenda Pública.

Certa vez li em um autor, por quem tenho muita consideração e que é meu amigo pessoal, que a forte preocupação com o patrimônio público era uma idéia fascista. A mim não me parece que seja fascista, mas, ainda que fosse, seria o caso de dizer “bendito fascismo” nesse ponto. Em toda doutrina, por pior que seja, se encontra sempre alguma coisa verdadeira. O erro absoluto não existe. Não há nenhuma doutrina que esteja errada da primeira à última linha. Alguma coisa de aproveitável sempre há. Seja como for, no Brasil, sobretudo, temos visto a criação de instrumentos processuais destinados precipuamente à defesa do interesse público — como a ação popular, a ação civil pública — que não têm nada de fascista, pelo contrário, são instrumentos progressistas, democráticos, de participação de sociedade em geral na defesa desse patrimônio que, afinal, é de todos nós.

Quando se fala na Fazenda Pública, alguns pensam em algo estranho, em algo até contrário a nós. Não é nada disso: a Fazenda Pública é um patrimônio de todos nós. Embora eu, como juiz, depois, muitas e muitas vezes tenha julgado contra a Fazenda Pública, sempre tive a consciência da necessidade de sopesar muito bem aquele interesse.

RTDC: Professor, como foi sua transição para o Tribunal de Justiça na década de 1970?

JCBM: A transição para o Tribunal de Justiça se deu porque eu tinha vários amigos lá, que de vez em quando me perguntavam: “Por que você não se candidata ao Tribunal?” Durante algum tempo não me interessei por aquilo, mas depois achei que seria para mim uma experiência boa, uma oportunidade valiosa, até para pôr em prática os meus conhecimentos. Eu tinha me especializado em Direito Processual e achei que nada melhor para um estudioso do Direito Processual do que exercer durante algum tempo a magistratura, porque ele vai ter de, quotidianamente, aplicar aquilo que estudou. E realmente assim foi. Acho que, inclusive para a atividade docente, é salutar essa possibilidade, que não existe em alguns países, de combinar, conjugar, exercer simultaneamente a magistratura e o magistério, principalmente para uma matéria como o Direito Processual, porque as duas experiências se enriquecem reciprocamente. Como juiz você aplica o que diz como professor, e como professor você muitas vezes vai poder adequar melhor suas concepções à luz da experiência prática do cotidiano forense. Acho que essas duas coisas devem coexistir e integrar-se, porque são complementares. Em alguns países isso não é possível, o juiz não pode ser professor ou o professor universitário não pode ser juiz. Mas no Brasil essa possibilidade existe e acho muito salutar.

RTDC: Como seria possível resolver ou pelo menos minorar um dos mais graves problemas da Justiça, que é a sua falta de celeridade? O que pode ser feito, por exemplo, nos próprios cartórios, nos procedimentos?

JCBM: Muita coisa pode e tem de ser feita. O nosso Código de Processo Civil, por exemplo, tem sido reformado sucessivamente, e em muitos pontos de modo positivo, eliminando formalidades supérfluas, como a liquidação por cálculo de contador e outras assim. Mas é preciso que nos convençamos de vários pontos, para discutirmos seriamente o assunto: 1º) o problema não é só brasileiro, é universal. Eu participo de congressos nacionais e internacionais há muitos anos. Desde os anos 70 para cá, certamente participei de dezenas de congressos internacionais e nunca vi um só em que não se fizessem ouvir queixas a respeito da lentidão dos processos. Não é um fenômeno nacional, embora isso evidentemente não constitua motivo de nos sentirmos bem, de acordo com aquela frase “mal de muitos, consolo é”. Em segundo lugar, há o seguinte fator que salta aos olhos: a demanda por serviço judicial tem crescido em ritmo vertiginoso nos nossos tempos por várias razões: o aumento da população por si só bastaria, mas ao lado disso há o crescente desenvolvimento econômico, a complexidade da vida econômica, o aumento incrível dos contatos internacionais com a conseqüente possibilidade maior de surgirem conflitos de interesses. Em certos casos, como no Brasil, soma-se a isso a emergência da consciência de certos direitos que não costumavam ser reclamados em juízo. Hoje o Poder Judiciário se vê a braços com uma série enorme de problemas que tradicionalmente lhe eram estranhos. Quem se lembrava de suscitar em juízo, 40, 50 anos atrás, problemas, por exemplo, relativos à defesa do meio ambiente? Era algo com o que o juiz não tinha, em geral, de preocupar-se. Essa consciência progressiva é salutar, mas tem essa conseqüência, aumenta a demanda. Muito mais gente vai a juízo hoje em razão de assuntos que outrora não chegavam ao juiz. Então, a demanda está cada vez maior e não é possível, por uma série de razões, aumentar o aparelho judiciário na mesma proporção. Você não pode aumentar indefinidamente um Tribunal, porque chega um momento em que se torna praticamente inviável. Os Tribunais muito grandes em geral não são bons, porque toda entidade muito grande é difícil de administrar, criam-se problemas internos que dificultam, atrapalham o funcionamento daquele mecanismo. Quando entrei para o Tribunal de Justiça em 1978, éramos 32 desembargadores, agora são mais de 100. É muito mais difícil de administrar. Portanto, há esse fator que é óbvio: o aumento da demanda não encontra correspondente e jamais poderá encontrar correspondente exato no aumento da oferta do serviço do Judiciário por “n” razões, algumas das quais saltam à vista — não se pode aumentar um Tribunal sem medida, indefinidamente. Para a criação de Juízes de 1º grau precisa haver sempre novos órgãos, novos juízes, que possam absorver o crescimento da demanda. Você teria problemas orçamentários, em primeiro lugar — recursos financeiros, sobretudo em países ainda não desenvolvidos como é o caso do Brasil; e teria também o

problema da captação de material humano à altura de exercer o cargo; no caso do juiz, o problema assume uma relevância que talvez não exista em outros casos. Um juiz ruim pode atrapalhar a vida de uma quantidade imensa de pessoas. Lá no Tribunal fazíamos concursos sucessivos e nunca se conseguia preencher as vagas existentes, porque infelizmente a qualidade dos candidatos deixava a desejar.

Quanto a outros aspectos, aparece uma dificuldade que tenho procurado acentuar sempre: a falta de dados concretos, objetivos, colhidos por métodos tecnicamente rigorosos a respeito da realidade do foro. Nós não temos, digamos assim, na proporção e num grau de confiabilidade desejáveis, estatísticas a respeito dos vários fatores que podem contribuir para a maior demora dos processos. Não há a preocupação de apurar isso; em geral encaramos a norma jurídica como se a história dela terminasse no momento em que é posta em vigor — fazemos a reforma, pomos a reforma em vigor e pronto, não nos interessamos pela verificação objetiva, concreta, de como aquela reforma está atuando na realidade, que é o que interessa. O que importa não é o texto, é a realidade, e com isso não costumamos preocupar-nos.

Certa vez, há mais de dez anos, no Tribunal, sugeri ao desembargador Miranda Rosa, que é sociólogo, uma pesquisa. Todo o mundo sabe que os processos demoram, mas, se alguém perguntar quanto tempo demoram, ninguém saberá dizer, a não ser como palpite. O brasileiro é muito pródigo em palpites, tem vergonha de dizer que não sabe algo, então responde qualquer coisa, e num tom tanto mais peremptório e dogmático quanto menos entenda do assunto. Quem entende de um assunto sabe que ele é difícil, e que há portanto zonas de penumbra; mas quem é ignorante não tem dúvida. O ignorante não tem dúvida sobre nada; responde a tudo num tom absolutamente categórico. Sugeri ao Desembargador reunir uma equipe e colher dados, em processos findos, sobre quanto tempo demorou entre, suponhamos, a distribuição e o despacho inicial, entre o despacho inicial e a citação do réu, para ver onde estão os pontos de estrangulamento, porque senão ficamos combatendo moinhos de ventos, como o Dom Quixote, e deixando em paz os verdadeiros inimigos. Fizemos aquela pesquisa a muito custo, com enormes dificuldades, quando viam os funcionários incumbidos de compulsar autos, pensavam que aquilo era com o intuito de apurar irregularidades e impor sanções. Nós queríamos apontar dados. Chegamos ao resultado após vários meses de trabalho. Esse resultado foi publicado no Diário Oficial, com estatísticas e gráficos, o que era um modo de mantê-lo inédito — quem é que lê o Diário Oficial? Só os advogados, que precisam ler os despachos. Arranjaram para eu dar uma entrevista ao *Jornal do Brasil* e distribuímos cópias daqueles relatórios a várias entidades que nós supúnhamos estivessem interessadas no problema. Ninguém respondeu, nem sequer acusou o recebimen-

to. Foi como um tiro em massa de pastel. Esse trabalho já tem mais de 10 anos. Ele foi feito em algumas Varas da Comarca da Capital, separadamente para o procedimento ordinário e para o que então se chamava procedimento sumaríssimo. Está, naturalmente, desatualizado e seria preciso refazê-lo. Não adianta nada tomar aquele trabalho hoje e tirar conclusões, porque a realidade pode ter mudado muito.

RTDC: E nessa esfera, o que o senhor acha dos Juizados Especiais?

JCBM: Os Juizados Especiais como idéia são excelentes. A princípio eles tiveram muita dificuldade, mas alguns apresentaram resultados positivos. Só que há um autor americano que diz: “construir uma reforma judicial é como construir uma estrada; quanto melhor a estrada, maior o tráfego, e quanto maior o tráfego, pior fica a estrada”. A própria atração que o órgão exerce em virtude de estar funcionando bem, acaba por entupi-lo de trabalho, e aí ele começa a funcionar mal. Isso aconteceu aqui no Rio de Janeiro em vários lugares. Há também algumas distorções. Por exemplo, criou-se um Juizado Especial no Morro do Pavão-Pavãozinho, e a idéia era a de dar acesso à Justiça mais fácil ao pessoal carente que ali morava, mas o órgão atendeu muito pouco aos favelados. Atendia mais à clientela de Ipanema, que ia se queixar de problemas de condomínio etc. Eu não sou contrário à idéia e à prática dos Juizados Especiais e a acho positiva, embora haja problemas. Creio que em muitos casos a idéia foi aprovada.

RTDC: Como o senhor vê a divisão curricular das matérias referentes ao Processo no curso da graduação?

JCBM: Isso também varia muito. Hoje em dia, com esses currículos flexíveis, com o aluno podendo antecipar matérias, não há mais aquele quadro, aquela grade, como chamam, palavra muito antipática, pois dá idéia de prisão.

RTDC: Hoje há diretrizes curriculares.

JCBM: Muda-se a terminologia. Não podendo mudar a substância das coisas, mudam-se os nomes, pensando que com isso se resolvem problemas.

RTDC: Pensando na distribuição das cadeiras na UERJ, por exemplo, como o senhor sabe muito bem, há um ano de Teoria Geral do Processo, dois anos de Processo Civil, um ano de Processo Penal. Como o senhor vê a distribuição de cadeiras? O senhor acha que há algum excesso?

JCBM: Não, a distribuição em si eu não acho ruim. Talvez o professor de Processo Penal se queixe de ter um ano só. Mas eu, como professor de Processo Civil, que dava a Teoria Geral do Processo primeiro e depois os quatro semestres de Processo Civil, gostava muito.

RTDC: O senhor acha que essa é a divisão ideal?

JCBM: Não sei se é a ideal. Eu, como professor de Teoria Geral do Processo e de Direito Processual Civil, achava muito satisfatória essa distribuição. Eu conseguia, sem dificuldade, dar os programas por inteiro, e era bom quando o ex-aluno me dizia: “Professor, eu me inscrevi para o concurso de Defensor, Promotor etc., olhei o programa e pensei lá comigo — já ouvi dizer alguma coisa sobre tudo isso.”

RTDC: O que o senhor pensa da proposta que alguns fazem de não mais ministrar Teoria Geral do Processo?

JCBM: Sou contrário.

RTDC: Alguns negam até a existência de uma Teoria Geral.

JCBM: Que é que ainda não foi negado? O próprio Cristo foi negado três vezes por São Pedro, na mesma noite. Por aí você vê que não há nada no mundo que não tenha sido negado.

RTDC: Professor, o senhor já expressou opinião no sentido da necessidade de enxergar os direitos supra-individuais, também como deveres substanciais. E quanto aos direitos individuais?

JCBM: Tudo na vida tem o anverso e o reverso: quando você fala em direito, necessariamente você subentende a existência de um dever correlato. Às vezes as pessoas têm uma *tendenciazinha* (compreensível, não é?) a só olhar aquilo que as favorece. Olhar o seu direito mas não os deveres correspondentes aos direitos alheios. Isso em matéria de direitos coletivos é muito comum. A gente fala em “direito coletivo ao meio ambiente”; isso implica na existência de um dever de preservar o meio ambiente. Há o lado ativo e o passivo, evidentemente. Essa visão bilateral é absolutamente necessária em todo fenômeno jurídico. Não há fenômeno jurídico bilateral, o que eu digo “direito” é algo que se refere necessariamente a um convívio. Não existe direito para uma pessoa isolada. Robson Crusóé, em sua ilha, enquanto não apareceu o Sexta-Feira, estava subordinado a uma norma ética, mas não estava subordinado a uma norma jurídica, porque a norma jurídica pressupõe necessariamente uma relação entre pessoas. Então, tudo na vida do direito tem de ser olhado por dois ângulos.

RTDC: Qual a importância que o senhor atribui à correção de linguagem, ao uso correto dos termos jurídicos, ao vocabulário?

JCBM: Eu dizia nas turmas que o art. 13 da Constituição Federal do Brasil determina que o idioma oficial é o português. Ora, se o idioma oficial é o português, quem ofende o português, ofende a Constituição, e não é admissível que num curso jurídico o aluno ofenda livremente a Constituição. Eu sempre levei em conta esse aspecto na atribuição da notas.

RTDC: O que o senhor Acha que pode ser feito para melhorar essa habilidade?

JCBM: A leitura. Só se aprende a escrever bem, ou pelos menos corretamente, lendo. Claro que alguns terão sempre um pendor singularíssimo, personalíssimo, uma noção de estilo mais apurada, outros não. Ninguém pode aprender a ser um grande escritor, mas pode aprender a escrever decorosamente a sua língua.

RTDC: O senhor escreveu recentemente um artigo sobre o abuso do direito no novo Código Civil. Como o senhor vê o novo Código Civil, especialmente nas suas passagens quanto às matérias de ordem processual?

JCBM: Há tempos escrevi um trabalho sobre as repercussões do novo Código Civil na área processual. Acho que em alguns pontos ele avançou o sinal, quer dizer, resolveu disciplinar matérias que não pertenciam ao seu campo próprio. Noutros casos ele assinalou um avanço. É um Código, penso eu, em vários pontos, tecnicamente mais bem formulado que o anterior. Embora não seja um especialista em Direito Civil, evidentemente tenho acompanhado o Direito Civil e penso que o novo Código marca, sem dúvida, em vários pontos, talvez não em todos, progresso em relação ao anterior. Sobretudo do ponto de vista do apuro técnico, da terminologia exata. Este Código é mais técnico que o anterior. Muitos o criticam porque ele não incorporou regras sobre problemas atuais referentes a bioética, clonagem, e assim por diante. Acho que isso não está amadurecido o suficiente para figurar em um código. É melhor mesmo que se deixe primeiro que vá sendo disciplinado por meio de leis especiais, porque um Código é algo que não deve ser objeto de mudanças muito freqüentes, sob pena de desfigurar o sistema. Então, esses assuntos que ainda estão em elaboração, a cujo respeito não existe ainda consenso, não existe ainda uma base sólida, às vezes nem mesmo do ponto de vista científico, é melhor que eles fiquem fora do Código e sejam objeto, quando necessário, de leis especiais, para não formarem uma parte do Código sujeita a envelhecimento precoce.

RTDC: Dê um exemplo para nós de um ponto que o senhor ache positivo no novo Código Civil em relação ao anterior.

JCBM: Por exemplo, a disciplina das conseqüências dos defeitos dos atos jurídicos — nulidade, anulabilidade —, isto estava muito mal expresso no Código de 1916. Havia grande confusão terminológica entre nulidade, anulabilidade, nulidade relativa, que não permitia com facilidade uma sistematização clara. Hoje isso está, ao meu ver, muito bem tratado no novo Código.

RTDC: Sobre a nulidade, no novo Código, nós encontramos o art. 169, que prevê que o negócio jurídico nulo não convalesce pelo decurso de tempo, nem é suscetível

de confirmação. Mas nesse aspecto de não convalescer pelo decurso do tempo, podemos notar que na jurisprudência, inclusive a dos Tribunais Superiores, há uma certa tendência, ou havia antes do novo Código, de se entender pela prescrição do tempo máximo, a prescrição vintenária, não se desconstituindo os efeitos produzidos pelo negócio nulo. Haveria aí um descompasso entre a lei e a jurisprudência?

JCBM: Não sei, porque essa jurisprudência a que você se refere foi constituída na vigência do Código de 1916; é um pouco prematuro para nós, hoje, pouco tempo depois de ter entrado em vigor o novo Código, querer fazer esse confronto. Vamos ver como se comporta a jurisprudência à luz do novo Código.

RTDC: O senhor acha que andou bem o legislador em dizer que o negócio nulo não convalesce?

JCBM: Sim.

RTDC: Então a pretensão ficaria aberta?

JCBM: A nulidade significa exatamente a ausência de valor do ato perante o direito, o que é um fenômeno que se prolonga no tempo. O que é nulo é nulo hoje e o será amanhã e todo o sempre. No campo da nulidade, não há que falar em pretensão.

RTDC: Mas não há o interesse de segurança jurídica também a se tutelar?

JCBM: Isso não é incompatível com o fenômeno da prescrição. A prescrição diz respeito às pretensões. As pretensões podem prescrever, mas no dia em que o juiz tiver que examinar uma causa para cuja solução seja necessário avaliar a validade ou nulidade de um ato jurídico, ele poderá considerar sempre o ato jurídico nulo. Agora, as pretensões decorrentes dos atos jurídicos em geral, essas são prescritíveis, sem sombra de dúvida.

RTDC: Mas e os efeitos materiais que o ato nulo produziu?

JCBM: Os efeitos materiais, na medida em que já se produziram, podem até ser insuscetíveis de reversão, porque um efeito material muitas vezes não pode ser desfeito, mas as coisas não são incompatíveis. O reconhecimento de que certos efeitos materiais são ou podem ser irreversíveis não é incompatível com a idéia de que o ato nulo não convalesce. Porque uma coisa é o ato em si, outra coisa são esses efeitos materiais a que você se refere. Por exemplo, se o contrato é nulo, mas ambos os contraentes o cumprem, resolvido está o problema do ponto de vista prático. O que não quer dizer que um belo dia, se algum deles vai a juízo em relação a um efeito que não foi produzido, o juiz fique impedido de declarar nulo o ato.

RTDC: E se o efeito já tiver sido produzido vinte anos atrás?

JCBM: Se o efeito já tiver sido produzido, produzido está; as duas coisas não são incompatíveis.

RTDC: E se o efeito for, digamos, a transmissão de propriedade?

JCBM: Se a transmissão de propriedade se baseou em um contrato nulo, aí há vários problemas: o contrato é nulo e estará nulo sempre. Mas pode ser que o ordenamento jurídico, por amor à segurança jurídica, estabeleça que determinada consequência, ainda que fundada em um ato nulo, subsista; sobretudo em matéria de circulação de imóveis, há uma grande preocupação com a proteção de terceiros de boa-fé. Então você pode dar ao registro imobiliário um efeito insuscetível de ser desconstituído. O que não quer dizer que aquele contrato seja válido. É o registro que está interposto entre o contrato e o resto do tempo que vai decorrer.

RTDC: Então nós teríamos que separar as pretensões?

JCBM: Sim, é claro, isso não pode ser tratado assim de maneira muito simples, em um esquema muito geral, porque as leis, por vezes, parecem fugir à rigidez lógica das consequências, na medida em que atenuam essas consequências para proteger outros interesses que seriam dignos de tutela e estariam ameaçados caso nós tirássemos consequências rigorosamente lógicas de tudo. Houve um grande ministro da Suprema Corte americana que dizia: "A vida do direito não é a lógica, é a experiência". É exagero isso, mas chamo a atenção para o fato de que nem sempre o sistema jurídico extrai de uma determinada premissa todas as possíveis consequências lógicas; ele pode cortar isso, atenuar isso em função de outros interesses, porque toda norma jurídica surge do propósito de conjugar e harmonizar interesses contrastantes. Toda norma jurídica é uma resposta a esse problema: como harmonizar interesses contrapostos. Então o sistema jurídico pode perfeitamente dar uma solução que não seja rigorosamente adequada, do ponto de vista lógico, a determinadas premissas, porque ele tempera — aliás no processo isso é comuníssimo. As nulidades processuais, por exemplo, ficam preclusas depois do trânsito em julgado, com exceção daqueles casos de vícios específicos que ensejam a ação rescisória. Veja só: nem em execução a nulidade pode ser alegada, a não ser a nulidade da citação inicial, quando o processo correr à revelia. Os outros defeitos do processo de conhecimento não podem ser alegados em embargos à execução, porque a lei acha que dali em diante é preferível você atender mais a outro tipo de interesse. Então, o sistema jurídico não é ferreamente lógico, não leva a lógica às suas últimas e extremas consequências. Ele tempera essas consequências, tendo em vista a necessidade de harmonizar interesses diferentes.

RTDC: Professor, em relação às provas no novo Código Civil, o art. 232 estabelece que a recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame. Em um conflito de interesses entre o direito à integridade física

de um pai, de fornecer material genético para exame e, por outro lado o interesse de um filho em reconhecer a sua ascendência biológica. Nesse conflito de interesses, o senhor acha que o pai poderia ser submetido à força a realização desse exame?

JCBM: Isso tem sido muito discutido na doutrina e na jurisprudência no Brasil e em outros países. Em primeiro lugar, nem sempre há a necessidade de submetê-lo à força. Por exemplo, se ele vai ao barbeiro e este lhe corta o cabelo, você pode apanhar ali algum fio e mandar para o exame de DNA. Nem é preciso tirar sangue hoje em dia.

RTDC: Houve o caso de uma moça que fumou um cigarro e jogou a guimba fora e esta foi usada para o exame de DNA.

JCBM: Então, às vezes, não há necessidade de submeter a pessoa pela força a uma retirada de tecido. Na minha visão, você apanhar um fio de cabelo que foi cortado, ou um pedacinho de unha que ele mesmo cortou e jogou fora, não causa nenhum constrangimento físico insuportável. Mas o problema não pode ser posto só nesses termos, porque haverá casos em que você queira mesmo obter algo que dependa da colaboração dele. Então, o que a lei faz é estabelecer que a recusa constitui um indício em desfavor daquela pessoa, ou seja, é sinal de que ela teme que o resultado lhe seja desfavorável. Em geral é assim, é uma regra de experiência: toda vez que você se recusa a submeter-se ao exame, a experiência humana diz que isso se deve ao fato de você recear o resultado daquele exame.

RTDC: Mas nós teríamos que nos contentar com a presunção *hominis*?

JCBM: Isso tudo tem que ser pesado no conjunto probatório, não é este elemento só, nunca é só um elemento...

RTDC: Mas a verdade biológica ainda assim não seria alcançada.

JCBM: O juiz nem sempre pode dar-se ao luxo de pretender uma verdade absoluta.

RTDC: Com a realização do exame, ainda que à força, ele a alcançaria.

JCBM: Mas aí talvez já se esteja colocando esse interesse em uma posição demasiadamente preponderante sobre a preservação da intimidade dele. É difícil traçar uma linha divisória entre o campo em que deve predominar um determinado interesse e o campo em que deve predominar outro determinado interesse. A lei se esforça para fazer isso, mas as soluções não são perfeitas. Depois vem a interpretação, o trabalho jurisprudencial, porque dificilmente o legislador pode estabelecer um traçado geometricamente perfeito separando os dois campos dos interesses contrapostos.

RTDC: A relevância do interesse do filho não deveria preponderar?

JCBM: Em princípio sim, mas talvez não seja bom levarmos isso às últimas conseqüências, porque teríamos que chegar a momentos em que seria preciso agarrar o indivíduo à força para obter material para o exame.

RTDC: Como já aconteceu pelo menos em um caso que chegou ao Supremo Tribunal.

JCBM: Mas o Supremo recusou a tese que levava às últimas conseqüências, entendendo que se estava invadindo demais. A linha é colocada de tal maneira que supostamente represente o resultado de uma avaliação comparativa. É claro que solução perfeita não existe. Nos Estados Unidos, por exemplo, ninguém protesta. A Suprema Corte admite tranqüilamente que você seja forçado a fornecer padrões de gráficos, que você seja forçado a falar para que sua voz seja submetida à comparação com outra voz gravada. Aqui, em nome do direito ao silêncio, tem-se recusado isso. Quer dizer, nós estamos sendo até mais realistas que o rei em certas coisas.

RTDC: Qual a sua opinião sobre a evolução da arbitragem?

JCBM: A princípio, até algum tempo atrás, a arbitragem, salvo em contratos internacionais, era letra morta; nunca se cogitou aqui seriamente disso. Em parte era por causa da situação que se configurava quando um dos contratantes depois se recusava a cumprir a cláusula compromissória, apesar de a ter inserido no contrato. A cláusula compromissória era uma obrigação de contratar e, de acordo com a tradição, as obrigações de contratar se resolviam em perdas e danos; era uma solução absolutamente insatisfatória que a lei procurou remediar, permitindo que a parte vá a juízo e peça ao juiz inclusive que este supra a vontade da outra parte.

RTDC: O senhor acha que há ou não uma invasão da arbitragem naquela esfera que seria própria do Poder Judiciário?

JCBM: Não, ninguém pode ser obrigado a estabelecer em um contrato a cláusula compromissória. A arbitragem apresentaria um problema se ela fosse considerada obrigatória. A arbitragem não pode ser obrigatória. Houve um tempo em que foi assim. Certas matérias no Império eram obrigatoriamente submetidas à arbitragem. Isto hoje não seria possível, mas, se as partes voluntariamente concordam em submeter o conflito de interesses ao juízo arbitral, não vejo em que isso possa desprestigiar a justiça estatal. O futuro da arbitragem no Brasil é aleatório, porque o processo arbitral, apesar das vantagens que possa ter em relação ao processo judicial, sobretudo no tempo, é muito caro, extremamente caro. Só grandes empresas é que podem recorrer à arbitragem; o cidadão comum nunca recorrerá a ela, pelo menos enquanto for extremamente dispendiosa.

RTDC: O senhor acha que pode o próprio tribunal arbitral decidir sobre sua competência ou, uma vez havendo conflito, é necessário que esta questão seja levada ao Poder Judiciário?

JCBM: O tribunal pode decidir sobre sua competência, agora, nada impede que aquele que se julgue prejudicado recorra ao juiz. Isso é que é inafastável, mas em princípio, dentro do processo arbitral, o órgão julgador decide sobre sua própria competência. Depois, há maneiras que até a própria lei prevê de impugnar a sentença arbitral em juízo. Há lá uma ação de impugnação da sentença arbitral; embora o juiz não controle o mérito da decisão dos árbitros, controla a legalidade dessa decisão.

RTDC: No programa de pós-graduação de direito processual na Faculdade de Direito da UERJ, o senhor certamente é um dos marcos teóricos, e lá os alunos de Direito Civil têm freqüentado disciplinas de Direito Processual e vice-versa. Na sua opinião isso é reflexo de um diálogo maior entre o Direito Civil e o Direito Processual? Que benefícios podem advir dessa construção mais próxima?

JCBM: Certamente. São óbvios como qualquer tipo de aproximação entre disciplinas. O direito é um só; essas divisões são todas didáticas, metodológicas, não são ontológicas. O tecido jurídico é contínuo, e evidentemente ninguém pode fazer da sua especialização um álibi para não entender nada do resto. Você até pode encontrar pessoas, inclusive professores, que pensem assim. Os processualistas menos, porque estes não podem se dar ao luxo de ignorar totalmente o resto: eles têm de citar exemplos, e os exemplos vêm do direito civil, do direito constitucional, do direito administrativo; mas às vezes alguns cultores desses outros campos manifestavam uma certa aversão, olhavam de cima para baixo para o processo (isso aconteceu com alguns civilistas, não os de hoje, mas os do passado) e, quando se metiam a falar de assuntos processuais, era um verdadeiro descalabro. Hoje isso já não ocorre. Hoje já há essa comunicação, esse maior convívio entre os especialistas dos vários ramos. Há muito maior intercâmbio de idéias do que houve no passado.

RTDC: O que o senhor pensa do movimento chamado de "constitucionalização dos diversos ramos do direito"?

JCBM: Penso que, em princípio, obviamente, se existe uma Constituição, ela tem de ser posta como a norma primeira e tem de influir em todos os ramos do direito. Agora, isso não impede que eu possa achar que houve na nossa Constituição de 1988 certo exagero na elevação ao plano constitucional de matérias que talvez não precisassem ser tratadas nesse nível. Isso teve até uma conseqüência desfavorável e desagradável na Justiça, porque ficou muito fácil suscitar questão constitucional, de modo que o recurso extraordinário inchou a tal ponto que o Supremo teve de estabelecer uma jurisprudência segundo a qual, para que o recurso extraordinário seja conhecido, é preciso que a ofensa alegada à Constituição seja uma ofensa direta; a Constituição tratou de tanta coisa que absorveu uma porção de matérias

que não eram tratadas normalmente em nível constitucional nas nossas Cartas anteriores. Agora, se ela existe, é para ser cumprida. Todo e qualquer ramo do direito tem de ter uma necessária referência aos valores constitucionais que impregnam todo o tecido jurídico brasileiro.

RTDC: O senhor acredita que há um Direito Processual Civil brasileiro? Quais seriam as suas características?

JCBM: Existe um ordenamento processual civil brasileiro e começa a existir, de algum tempo para cá, uma doutrina que não é nem escola daqui, nem escola dali, mas que é a doutrina processual brasileira, hoje, diria eu, vista como relevante no plano internacional. O Direito Processual Civil brasileiro é algo respeitado. Não só a legislação, como também o trabalho doutrinário. Nós não somos mais olhados de cima para baixo. O Brasil tem certo peso no plano internacional nesta matéria, mais do que em outras. Eu posso dizer com tranquilidade, porque é a verdade objetiva.

RTDC: Existe uma diferença muito grande na influência que os processualistas brasileiros têm em países da língua portuguesa e em países da América Latina em relação ao que acontece na Itália, Alemanha e outros países?

JCBM: A nossa doutrina tradicionalmente era mais próxima da de alguns países europeus do que de outros países latino-americanos. Havia certo distanciamento entre o Brasil e os países hispano-americanos, que têm características diferentes em vários assuntos, por exemplo, no sistema de recursos, que dificilmente seria suscetível de uniformização. Mas, de algum tempo para cá, por obra do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual, do qual já fui presidente durante quatro anos, depois de ter sido Secretário Geral, são realizadas as chamadas Jornadas Ibero-Americanas de Direito Processual, de dois em dois anos, e isso nos aproximou muito. De uns 20 anos para cá, a situação de distanciamento vem-se atenuando. Houve uma aproximação, tanto assim que trabalhos nossos são publicados em revistas argentinas, peruanas, colombianas, mexicanas, e vice-versa. Hoje há um conhecimento mútuo muito maior do que cerca de vinte anos atrás. Com relação à Europa, nós sempre, é claro, nos abeberamos muito nas fontes européias. Hoje há grande interesse pelos sistemas processuais de *common law*, sobretudo o americano. Alguns institutos têm sido aproveitados aqui como fonte de inspiração, como o caso das ações coletivas, em parte. Mas isso não significa que estejamos a deslocar-nos do campo a que historicamente pertencemos, para o campo anglo-saxônico. Isso não. Somos e acho que devemos ser sempre fiéis a nossas raízes, o que não nos impede de aproveitarmos os frutos que porventura outras árvores produzam.

RTDC: Qual a herança mais preciosa que os estudos sobre o Direito Processual Civil, realizados ao longo do século XX, legaram ao século XXI?

JCBM: A construção científica do direito processual foi obra, principalmente, do século XIX e da primeira metade do século XX. Nós já apanhamos uma disciplina cientificamente construída, com bases sólidas. Do ponto de vista técnico, o direito processual já tinha atingido a sua maioridade até meados do século XX. O que houve de novo daí para cá? Houve uma progressiva conscientização dos aspectos não técnicos, quer dizer, dos aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais, do fenômeno processual, sem que isso implique (e seria absurdo) renegar as conquistas técnicas: ao contrário, temos de partir delas, porque sem uma boa base técnica nada se faz; primeiro há que aprender a técnica. O que eu vejo de novo nos trabalhos processuais da segunda metade do século XX e deste começo de século XXI é isso: um alargamento de horizontes, no sentido de que se passou a perceber que o processo não é só técnica, embora seja basicamente uma técnica, e precisava ser considerado também por outros pontos de vista: o ponto de vista político, o ponto de vista social, cultural etc. Essa abertura é que é a característica atual. Isso você nota, por exemplo, na evolução da problemática da proteção: a proteção processual dos interesses chamados coletivos e difusos. Esse é um problema essencialmente político, no sentido mais alto da palavra. A defesa judicial da Constituição é outro aspecto. O direito processual abriu seus horizontes. O que não significa que ele devesse, e graças a Deus isso não aconteceu, desprezar a parte técnica, que deverá sempre ser olhada com muito respeito, porque é a base sobre a qual tudo assenta.

RTDC: Poder-se-ia dizer que houve uma aproximação maior com o direito material?

JCBM: Também. A consciência da instrumentalidade do processo ganhou intensidade. Até meados do século passado, as construções científicas do processo ficavam pairando nas alturas, sem muita preocupação com o concreto; ao contrário, agora, a preocupação com o concreto é manifesta em grande parte dos trabalhos de direito processual. Mas a construção técnica foi absolutamente imprescindível e merece todo o nosso respeito, só que agora se cuida de aplicar essas armas, que foram bem forjadas, a problemas da vida concreta das sociedades.

RTDC: O senhor não acha que para esta questão da instrumentalidade, para o processualista, é imprescindível um conhecimento do direito material?

JCBM: Foi o que eu disse há pouco: o processualista não pode se dar o luxo de ignorar o direito material. Às vezes, os escritores de direito material pensam que podem ignorar o processo, mas a recíproca nunca pode ser sequer admitida, nem por hipótese. O processualista tem de olhar para o que os outros estão fazendo, constante e permanentemente. Existem áreas imensas do direito material que eu desconheço, mas, pelo menos com a essência ou com a parte principal dos fenômenos do direito material, temos de lidar.